

Coordenadores

Rafael Carvalho Rezende Oliveira
Jéssica Acocella

Governança **CORPORATIVA** **E COMPLIANCE**

Carla Marshall

Caroline Pinheiro

Daniel Bucar

Gabriel Habib

Gabriel Sant'Anna Quintanilha

Humberto E.C. Mota Filho

Jéssica Acocella

Leandro de Matos Coutinho

Mario Viola

Morgana Ana Daler Casagrande

Priscila Elise Alves Vasconcelos

Rafael Carvalho Rezende Oliveira

Tereza C. de A. M. Gorito

Thais Boia Marçal

2019



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3045.9051
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Maitê Coelho (maitescoelho@yahoo.com.br)

G721 Governança corporativa e compliance / coordenadores Rafael Carvalho Rezende Oliveira e Jéssica Acoella – Salvador: Editora JusPodivm, 2019.
256 p.

Vários autores
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-442-3069-5

1. Direito Comercial. 2. Direito Empresarial. I. Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. II. Acoella, Jéssica. III. Título.

CDD 342.2

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

1

DESENVOLVENDO PROGRAMAS DE INTEGRIDADE EFETIVOS: COMO TRADUZIR O *COMPLIANCE* PARA AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS? 25

Humberto E.C. Mota Filho | Morgana Ana Daler Casagrande

1. Introdução.....	25
2. A Receita é não ter receitas: como traduzir o <i>compliance</i> ?	26
3. Apoiando a Ética: O Tom da Alta Administração	28
4. Levantando e Avaliando Riscos.....	29
5. Documentando as ações e processos	31
6. Código de Ética.....	32
6.1. Políticas e procedimentos.....	33
7. Controles Internos e Financeiros	35
8. Treinamentos e Comunicações	37

9. Canais de Denúncias	38
10. Auditoria de Conformidade de Terceiros (“ <i>Supply Due Dilligence</i> ”)...	41
11. Monitoramento Contínuo.....	43
12. Considerações Finais	44
Bibliografia.....	45

2

A GESTÃO DE RISCOS, OS CONTROLES INTERNOS E A AUDITORIA COMO IMPORTANTE PILAR DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE.....	47
--	-----------

Leandro de Matos Coutinho

1. Introdução.....	47
2. Camadas de controle – as 3 (três) linhas de defesa	48
3. Gestão e avaliação de riscos.....	50
4. Controles internos.....	53
5. Auditoria interna	58
6. Controles nas empresas estatais.....	63
7. Pilares do programa de integridade	67
8. Considerações Finais	69
Referências bibliográficas.....	69

3

A EXIGÊNCIA DE PROGRAMAS DE COMPLIANCE E INTEGRIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: O PIONEIRISMO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DO DISTRITO FEDERAL 71

Rafael Carvalho Rezende Oliveira | Jéssica Acocella

1. Introdução.....	71
2. A utilização da licitação como instrumento de fomento e regulação de mercado.....	74
3. A indução de práticas socialmente desejáveis e o incentivo a atividades e setores econômicos estratégicos.....	75
4. A exigência, pelo Estado do Rio de Janeiro e pelo Distrito Federal, de programa de integridade para empresas contratadas pela Administração Pública.....	79
4.1. Breves notas sobre compliance e integridade.....	79
4.2. A Lei 7.753/2017 do Estado do Rio de Janeiro.....	85
4.3. A Lei 6.112/2018 do Distrito Federal.....	90
5. O difícil balanceamento entre o papel regulatório e de incentivo das licitações públicas e a desejável obtenção da proposta economicamente mais vantajosa pela Administração.....	93
6. Considerações Finais.....	98
Referências bibliográficas.....	100

4

SISTEMA DE COMPLIANCE E NOVOS PARADIGMAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA..... 101

Thaís Boia Marçal

1. Introdução.....	101
2. <i>Compliance</i> nas contratações públicas	108
3. <i>Compliance</i> e acordos de leniência.....	112
4. Necessidade de <i>compliance</i> para contratação de financiamentos públicos.....	113
5. Considerações Finais	114
Referências bibliográficas.....	115

5

ANTITRUSTE E COMPLIANCE..... 117

Carla Marshall

1. Introdução.....	117
2. Defesa da Concorrência.....	119
2.1. Contexto Constitucional e Lei 12.529/11.....	122
2.1.1. Estruturas e condutas.....	124
3. <i>Compliance</i> concorrencial	127
3.1. Abordagem Introdutória.....	127
3.2. Medidas para Evitar Ilícitos Anticoncorrenciais	129
3.3. Em M&A e outras Formas de Alianças	130

3.4. Acordo de Leniência em Cartéis e outras práticas anticoncorrenciais	135
4. Considerações Finais	137
Referências bibliográficas.....	138

6

COMPLIANCE TRIBUTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE COMPETITIVIDADE	141
--	------------

Gabriel Sant'Anna Quintanilha

1. Introdução.....	141
2. O que é competitividade	143
2.1. Fatores determinantes da competitividade.....	148
2.1.1. Fatores empresariais	148
2.1.2. Fatores estruturais.....	149
2.1.3. Fatores sistêmicos.....	149
3. Globalização e competitividade – como o <i>compliance</i> tributário pode ser um diferencial.....	149
4. Analisando o sistema tributário brasileiro: o dever fundamental de pagar tributos – função social.....	150
5. Conclusão	155

7

COMPLIANCE E PROTEÇÃO DE DADOS..... 157*Daniel Bucar | Mario Viola*

1. Introdução.....	157
2. <i>Compliance</i> e Proteção de Dados.....	159
2.1. Privacidade na Sociedade de Informação e Mercado: uma adaptação necessária	159
2.2. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados: novos padrões para a atividade empresária	163
3. Procedimento de conformação e a Lei Geral de Proteção de Dados: por uma síntese inicial.....	165
3.1. Qualificação do tratamento de dados pessoais, e da atividade, na forma do estatuto normativo.	165
3.2. Definição dos direitos do titular e das medidas de segurança no tratamento ou transferência de dados	171
4. Considerações Finais	175
Bibliografia.....	175

8

O PAPEL DA CVM E DA B3 EM RELAÇÃO AOS PROGRAMAS DE INTEGRIDADE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS 177*Caroline Pinheiro | Tereza Cristina de Almeida Marins Gorito*

1. Introdução.....	177
2. Um aprendizado a partir do histórico do tema	178

3. Regulação e autorregulação: atuação coordenada e complementar/CVM e B3	186
3.1. Natureza jurídica, o papel da B3	187
4. Autorregulação do mercado de valores mobiliários e os programas de integridade.....	189
4.1. Elementos e classificações da autoregulação e o poder das instituições de mercado.....	194
5. Apontamentos sobre o funcionamento da B3 e a conexão dos programas de integridade com o cumprimento dos requisitos de listagem	199
6. Alternativas e o papel da CVM perante a B3	205
7. Conclusão	208
Referências bibliográficas.....	209

9

O CRIMINAL COMPLIANCE E A SUA ABRANGÊNCIA 215

Gabriel Habib

1. Introdução.....	215
2. Direito Tributário Penal <i>versus</i> Direito Penal Tributário	216
3. Programa de <i>Compliance</i> . Necessidade ou conveniência?.....	220
4. Responsabilidade penal das pessoas jurídicas nos crimes contra a Ordem Tributária	223
5. É possível falar em um “ <i>Criminal Compliance</i> ”?.....	231
6. Considerações Finais	233
Referências bibliográficas.....	234

10

COMPLIANCE AMBIENTAL: A BUSCA PELA EFETIVIDADE NA APLICAÇÃO DAS NORMAS AMBIENTAIS 235

Priscila Elise Alves Vasconcelos | Rafael Carvalho Rezende Oliveira

1. Introdução.....	235
2. Da efetividade da aplicação das normas ambientais	237
3. Da responsabilidade ambiental	243
4. Das certificações de sustentabilidade: certificados “verdes”	246
5. Considerações Finais	250
Referências bibliográficas.....	251